BR TRANSPETRO

Ministério de Minas e Energia

GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Petrobras Transporte S.A.

CNPJ Nº 02.709.449/0001-59 - Empresa do Sistema Petrobras

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Os números deste balanço dão a medida exata do que foi a Transpetro em 2010 e do que tem sido a Transpetro nestes últimos anos. Uma companhia sempre em busca da excelência, que planeja cuidadosamente o seu futuro e que vem colhendo, em velocidade crescente, os frutos deste intenso preparo. O leitor encontrará as múltiplas facetas e as enormes conquistas de uma empresa de logística líder em seu segmento, que simboliza as artérias do Sistema Petrobras, e cujo desempenho tem sido decisivo para desenvolver o país e melhorar a vida de milhares de brasileiros.

Vencer desafios está em nosso DNA. A indústria naval brasileira saiu do que parecia uma irremediável crise graças, sobretudo, a um programa ousado, longamente pesquisado e planejado, e que tem como premissa básica tornar o setor mundialmente competitivo. Em 2010, o Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef) entrou em novo ritmo: o petroleiro João Cândido, lançado ao mar no Estaleiro Atlântico Sul, em Pernambuco, assim como os navios de produtos Celso Furtado e Sérgio Buarque de Holanda, lançados pelo Estaleiro Mauá, em Niterói (RJ), começaram a materializar o que para os descrentes era um sonho impossível.

Em 2011, este processo vai se acelerar. Estão previstos seis novos lançamentos ao mar - para os acabamentos finais - e cinco entregas de navios, que começarão a operar para a Transpetro. Tais números não são frutos do acaso. Garantindo escala aos estaleiros, o Promef possibilita investimentos em instalações, atualização tecnológica e capacitação profissional. Assim, fica viabilizada a curva de aprendizado: com o volume de encomendas e os ganhos em produtividade, os prazos de construção e os preços diminuem progressivamente.

Este é um programa que, além de ter colocado o Brasil em quarto lugar na lista dos que mais encomendam petroleiros, tem um alcance social inédito. Em Pernambuco, trabalhadores que antes rumariam para o Sul/Sudeste em busca de emprego, hoje ganham salários dignos e têm amplas oportunidades de aperfeiçoamento profissional no Estaleiro Atlântico Sul. Este mesmo estaleiro atraiu até mesmo trabalhadores especializados que haviam emigrado para o Japão. No Estado do Rio, devolvemos a dignidade a metalúrgicos que, durante os anos de crise do setor, se transformaram em vendedores ambulantes para sobreviver.

Em 2010, o aprofundamento das relações sindicais criou um clima de diálogo franco e fraterno que gerou conquistas históricas para a nossa força de trabalho, seja em terra ou mar.

Com o pré-sal, aumenta a demanda por navios, trabalhadores marítimos e novas soluções de logística. Como demonstra este relatório, a Transpetro atua em todas essas frentes. Para nós o pré-sal é, também, gerador de emprego, renda e cidadania. Não só planejamos novas fases para o Promef, como já temos profissionais altamente qualificados, analisando e buscando as melhores opções técnicas para esta nova e fantástica fase da nossa exploração de petróleo e gás. Ao mesmo tempo, a cada dia procuramos tornar mais atraente a profissão de marítimo, em todas as suas categorias, pavimentando o terreno para as novas e necessárias contratações destinadas aos nossos navios. Implantamos em 2010, por exemplo, o projeto de acesso à internet por satélite para os nossos tripulantes. Já em 2011, todas as embarcações da frota terão acesso à internet.

Fomos pioneiros em adotar, pela primeira vez no Brasil, um programa de grande porte para aproveitar o potencial logístico de nossos rios navegáveis. É o Promef Hidrovia. Em 2010 assinamos contrato para a construção de 80 barcaças e 20 empurradores, que serão operadas pela Transpetro, na Hidrovia Tietê-Paraná. As embarcações transportarão etanol desde as regiões produtoras às áreas consumidoras, melhorando também a logística para a exportação do produto. Seremos os primeiros, assim, a utilizar, em larga escala, o modal hidroviário, com todas as suas vantagens ambientais e econômicas.

No mar, nos rios ou em terra firme, continuamos aperfeiçoando, em 2010, assim como faremos em 2011, os padrões de segurança e confiabilidade de nossas operações. Nos navios, nos terminais, dutos, terminais e estações, são muitos os exemplos apresentados, nas páginas seguintes.

Nossos terminais e dutos registraram recordes de movimentação durante vários meses, com a segurança das operações crescentemente garantida pela prioridade conferida ao Programa de Integridade de Dutos. No Terminal de Angra dos Reis, consolidamos a operação ship to ship. O terminal já é o maior exportador de petróleo do País.

Na área de gás, o início da operação do Gasoduto Cacimbas-Catu (Gascac), que possibilitou a integração dos gasodutos do Sul/Sudeste com os do Nordeste, não só incorporou ao consumo de gás encanado milhões de brasileiros, como deu nova dimensão à malha por nós operada. Basta dizer que desde 2009 esta malha aumentou 33%. Dos 5.416 quilômetros que operávamos em 2009, passamos para 7.193. Além de ações paralelas para melhorar a confiabilidade e qualidade do setor, vale destacar o papel do nosso Centro Nacional de Controle Operacional (CNCO), que, com uma tecnologia equiparada aos melhores padrões internacionais, opera remotamente toda a malha.

Nosso modelo de gestão, sob a ótica do desenvolvimento sustentável, priorizou, em 2010, ações que contemplaram não só a proteção ambiental e a inserção social, mas também as conquistas básicas da cidadania, valorizando os direitos humanos e combatendo todas as formas de discriminação. O reconhecimento público veio através de decisões como a honrosa outorga, no ano que passou, do Selo Pró-Equidade de Gênero, concedido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres. Esta foi uma justa recompensa por um intenso e criterioso trabalho que teve como principal objetivo a plena observância do princípio de igualdade de oportunidade entre homens e mulheres.

O empenho da Transpetro para consumar esses objetivos ficou claro com algumas ações pioneiras. Assim como é da Companhia a primeira mulher a comandar um navio da Marinha Mercante, teremos também a primeira mulher chefe de máquinas de um navio brasileiro, o Sérgio Buarque de Holanda, que vai ser entregue à frota este ano.

Enfrentamos e vencemos intensos desafios em 2010 e estamos preparados para vencer desafios maiores em 2011. Aliamos ousadia, excelência, inovação tecnológica e máximo empenho profissional. Estamos sempre aptos a alcançar patamares ainda mais elevados. Assim conquistamos vitórias expressivas em 2010, e, com o mesmo espírito, estamos partindo para novas conquistas em 2011 e nos anos que virão. Nossas metas são do tamanho dos nossos sonhos.

Sergio Machado
Presidente da Transpetro

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 2009 E 1º DE JANEIRO DE 2009
(Em milhares de reais)

		Controladora			Consolidado		
	Nota	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	7	398.234	124.113	711.067	524.322	218.452	729.119
Títulos e valores mobiliários	8	4.526	151.046	–	4.526	151.046	–
Contas a receber:							
Clientes	9	8.690	10.881	29.343	8.690	10.881	29.343
Provisão para créditos de liquidação Duvidosa	9	(2.943)	(1.437)	(19.009)	(2.943)	(1.437)	(19.009)
Controladora, controlada e ligadas	9 e 10	577.048	858.872	891.693	571.387	853.113	937.177
Adiantamento a fornecedores		3.612	1.842	6.268	3.613	2.992	6.268
Sinistros avisados		7.291	5.078	2.980	16.749	12.175	7.741
Estoques		5.333	4.844	4.798	5.333	4.844	4.798
Impostos a recuperar	11	92.889	112.790	102.040	92.889	112.790	102.040
Despesas antecipadas		7.370	4.887	7.165	20.429	15.212	25.011
Demais ativos circulantes		48.650	12.051	7.316	48.650	12.051	7.316
		1.150.700	1.284.967	1.743.661	1.293.645	1.392.119	1.829.804
Não circulante							
Realizável a longo prazo							
Títulos e valores mobiliários	8	36.977	17.078	55	36.977	17.078	55
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	40.525	39.177	28.599	40.525	39.177	28.599
Outros ativos realizáveis a longo prazo		3.471	3.470	3.470	3.471	3.470	3.469
Adiantamento para aquisição de imobilizado	24	143.856	111.189	–	143.856	111.189	–
		224.829	170.914	32.123	224.829	170.914	32.123
Permanente							
Investimentos	13	95.559	64.032	39.233	–	–	–
Imobilizado	14 e 24	2.726.562	1.843.683	1.420.130	2.702.411	1.816.500	1.382.516
Intangível		24.116	23.934	13.818	24.116	23.934	13.818
		2.846.237	1.931.649	1.473.181	2.726.527	1.840.434	1.396.334
		3.071.066	2.102.563	1.505.304	2.951.356	2.011.348	1.428.457
		4.221.766	3.387.530	3.248.965	4.245.001	3.403.467	3.258.261

		Controladora			Consolidado		
	Nota	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Passivo							
Circulante							
Fornecedores		298.167	218.054	185.778	304.526	223.789	195.074
Arrendamentos a pagar	17	26.659	27.859	37.392	26.659	27.859	37.392
Contas a pagar a controladora e ligadas	10	266.019	317.336	523.216	282.895	327.538	523.216
Impostos e contribuições sociais a recolher	12	96.341	76.061	45.270	96.341	76.061	45.270
Provisão para imposto de renda e contribuição social		8.606	10.230	–	8.606	10.230	–
Dividendos	18	127.721	94.508	140.663	127.721	94.508	140.663
Salários e encargos sociais a recolher		11.222	24.770	5.614	11.223	24.770	5.614
Provisão de férias		6.496	4.204	2.508	6.496	4.204	2.508
Provisão para participação de empregados	21	98.000	85.726	60.500	98.000	85.726	60.500
Demais contas e despesas a pagar		981	1.048	3.177	980	1.048	3.176
		940.212	859.796	1.004.118	963.447	875.733	1.013.413
Não circulante							
Financiamentos	24	543.179	281.553	26.306	543.179	281.553	26.306
Arrendamentos a pagar	17	39.989	69.648	130.872	39.989	69.648	130.872
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	22.476	–	–	22.476	–	–
Provisão para contingências	15	16.806	27.982	25.678	16.806	27.982	25.678
		622.450	379.183	182.856	622.450	379.183	182.856
Patrimônio líquido							
Capital realizado	18	2.072.466	1.716.880	1.470.205	2.072.466	1.716.880	1.470.205
Reserva de capital	18	5.792	5.792	5.792	5.792	5.792	5.792
Dividendo adicional proposto	18	264.279	248.396	101.337	264.279	248.396	101.337
Reservas de lucros	18	350.822	200.961	484.657	350.822	200.961	484.658
Ajustes de avaliação patrimonial	13	(34.255)	(23.478)	–	(34.255)	(23.478)	–
		2.659.104	2.148.551	2.061.991	2.659.104	2.148.551	2.061.992
		4.221.766	3.387.530	3.248.965	4.245.001	3.403.467	3.258.261

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2010	2009	2010	2009
Receita de serviços prestados		4.255.072	3.666.660	4.496.426	3.937.043
Custo dos serviços prestados		(2.876.809)	(2.587.632)	(3.084.274)	(2.812.404)
Lucro bruto		1.378.263	1.079.028	1.412.152	1.124.639
Despesas (receitas) operacionais					
Vendas		(24.141)	(19.730)	(24.141)	(19.730)
Gerais e administrativas:					
Honorários da Diretoria e do Conselho de Administração		(7.237)	(4.876)	(7.237)	(4.876)
De administração		(504.890)	(443.893)	(504.890)	(443.894)
Receitas financeiras		50.576	60.127	50.954	60.389
Despesas financeiras		(7.283)	(8.726)	(7.298)	(8.748)
Variações monetárias cambiais, líquidas		(28.595)	27.726	(28.594)	27.726
Tributárias		(25.546)	(23.047)	(25.546)	(23.047)
Outras despesas operacionais	22	41.563	(21.338)	45.961	(22.453)
		(505.553)	(433.757)	(500.791)	(434.633)
Participação em controlada		38.651	44.735	–	–
Lucro operacional		911.361	690.006	911.361	690.006
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda		911.361	690.006	911.361	690.006
Imposto de renda	12	(192.906)	(149.970)	(192.906)	(149.970)
Contribuição social	12	(72.169)	(54.504)	(72.169)	(54.504)
Lucro antes das participações dos empregados		646.286	485.532	646.286	485.532
Participações dos empregados	21	(98.000)	(85.726)	(98.000)	(85.726)
Lucro líquido do exercício		548.286	399.806	548.286	399.806
Lucro por ação	19	0,31	0,24		
Quantidade de ações ao final do exercício	18	2.072.466.128	1.716.880.471		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2010	2009	2010	2009
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		548.286	399.806	548.286	399.806
Ajustes - Avaliação Patrimonial FIC		(10.777)	(27.240)	(10.777)	(27.240)
Resultado abrangente do exercício		537.509	372.566	537.509	372.566
Total do resultado abrangente atribuído a:					
Participação dos acionistas não controladores		–	–	–	–
Participação dos acionistas controladores		537.509	372.566	537.509	372.566

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Atividade operacional				
Lucro líquido do exercício	548.286	399.806	548.286	399.806
Ajustes:				
Participação em empresa controlada	(38.651)	(44.735)	–	–
Depreciação e amortização	175.030	215.659	183.579	222.524
Valor residual de bens baixados do permanente	19.930	4.527	19.930	4.527
Variações cambiais e despesas (receitas) de juros	(5.049)	(29.703)	(5.049)	(28.071)
Encargos financeiros sobre dividendos	–	9.897	–	9.898
Provisão para devedores duvidosos	1.506	–	1.506	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.128	(10.578)	21.128	(10.578)
Variações nos ativos e passivos:				
Redução de contas a receber a curto prazo	2.191	890	2.191	889
Redução de contas a receber de empresas controladora e coligadas	279.244	29.398	279.146	73.506
Aumento de estoques	(489)	(45)	(489)	(45)
Redução de demais ativos de curto e longo prazos	(43.065)	(7.457)	(48.155)	(9.443)
Aumento (redução) de fornecedores e arrendamentos a pagar	49.254	(8.778)	49.877	(10.145)
Redução de contas a pagar a controladora e empresas ligadas	(51.317)	(205.880)	(44.643)	(192.754)
Aumento de impostos, taxas e contribuições de curto e longo prazo	38.558	10.230	38.558	10.230
Redução (aumento) de demais passivos de curto e longo prazos	21.890	80.999	19.184	81.552
Recursos líquidos provenientes da atividade operacional	**1.018.446**	**444.230**	**1.065.049**	**551.896**
Atividade de financiamento				
Financiamentos	230.228	255.248	230.227	255.248
Dividendos pagos	(19.893)	(342.059)	(19.893)	(342.059)
Recursos líquidos utilizados na atividade de financiamento	**210.334**	**(86.811)**	**210.334**	**(86.811)**
Atividade de investimento				
Aquisição de bens imobilizado	(1.082.944)	(776.304)	(1.091.399)	(791.100)
Títulos e valores mobiliários	128.285	(168.068)	128.285	(168.069)
Recursos líquidos utilizados na atividade de investimento	**(954.659)**	**(944.372)**	**(963.114)**	**(959.169)**
Utilização de caixa e equivalentes no exercício	**274.121**	**(586.953)**	**312.269**	**(494.084)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	124.113	**711.066**	218.452	**729.119**
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	–	–	(6.399)	(16.583)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**398.234**	**124.113**	**524.322**	**218.452**
Variação de caixa e equivalentes de caixa	**274.121**	**(586.953)**	**312.269**	**(494.084)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRANSPETRO

Ministério de Minas e Energia

GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Petrobras Transporte S.A.

CNPJ Nº 02.709.449/0001-59 - Empresa do Sistema Petrobras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em milhares de reais)

			Reserva de capital	Reservas de lucros							
	Nota	Capital social	Incentivos fiscais	Legal	Lucros a realizar	Incentivos fiscais	Dividendo Adicional Proposto	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2008		1.470.205	5.792	142.819	1.240	–	–	336.837	–	3.762	1.960.655
Dividendos complementares (AGO 20/03/2009)	18	–	–	–	–	–	–	(90.162)	–	–	(90.162)
Aumento de capital (AGO 20/03/2009)	18	246.675	–	–	–	–	–	(246.675)	–	–	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	399.806	–	399.806
Destinações:											
Reserva legal	18	–	–	19.990	–	–	–	–	(19.990)	–	–
Reserva de incentivos fiscais	–	–	–	–	–	1.784	–	–	(1.784)	–	–
Reserva de retenção de lucros	18	–	–	–	–	–	–	35.128	(35.128)	–	–
Dividendos	18	–	–	–	–	–	–	–	(94.508)	–	(94.508)
Dividendos adicional proposto	18	–	–	–	–	–	248.396	–	(248.396)	–	–
Variação cambial acumulada em investimento no exterior		–	–	–	–	–	–	–	–	(27.240)	(27.240)
Saldos em 31 de dezembro de 2009		1.716.880	5.792	162.809	1.240	1.784	248.396	35.128	–	(23.478)	2.148.551
Dividendos complementares (AGO 19/03/2010)	18	–	–	–	–	–	–	(6.424)	–	–	(6.424)
Ajuste acumulado de conversão (Lei 11.638/07)		–	–	–	–	–	–	–	–	(10.777)	(10.777)
Aumento de capital (AGO 29/12/2010)	18	355.585	–	–	–	–	–	–	–	–	355.585
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	548.286	–	548.286
Destinação do lucro:											
Reserva legal	18	–	–	27.414	–	–	–	–	(27.414)	–	–
Reserva de incentivos fiscais	–	–	–	–	–	9.987	–	–	(9.987)	–	–
Reserva de retenção de lucros	18	–	–	–	–	–	–	118.885	(118.885)	–	–
Dividendos	18	–	–	–	–	–	(248.396)	–	(127.721)	–	(376.117)
Dividendos adicional proposto	18	–	–	–	–	–	264.279	–	(264.279)	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2010		2.072.465	5.792	190.223	1.240	11.771	264.279	147.589	–	(34.255)	2.659.104

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Receitas	6.217.923	4.958.881	6.460.381	5.243.119
Vendas de serviços	4.992.560	4.254.209	5.233.914	4.524.592
Outras receitas operacionais	157.998	49.966	157.998	49.966
Receitas relacionadas a construção de ativos para uso	1.065.859	653.578	1.066.963	667.433
(–) Provisão devedores duvidosos	1.506	1.128	1.506	1.128
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos serviços prestados	(1.291.726)	(1.065.985)	(1.358.631)	(1.134.039)
Materiais consumidos	(228.682)	(200.596)	(241.758)	(216.673)
Energia, serviços de terceiros e outros	(1.221.104)	(805.969)	(1.217.421)	(817.855)
Créditos fiscais sob materiais consumidos	(14.010)	(14.325)	(14.010)	(14.325)
Créditos fiscais sob energia, serviços de terceiros e outros	(105.224)	(121.585)	(105.224)	(121.585)
	(2.860.746)	(2.208.460)	(2.937.044)	(2.304.477)
Valor adicionado bruto	3.357.177	2.750.421	3.523.337	2.938.642
Retenções				
Depreciação e amortização	(175.030)	(215.659)	(183.579)	(222.524)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	3.182.147	2.534.762	3.339.758	2.716.118
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	38.651	44.735	–	–
Receitas financeiras – receita financeira e receita de variações monetárias e cambiais	60.558	80.216	60.921	80.455
	99.209	124.951	60.921	80.455
Valor adicionado total a distribuir	3.281.356	2.659.713	3.400.679	2.796.573

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Pessoal e encargos	548.226	454.233	548.226	454.233
Participações de empregados	98.000	85.726	98.000	85.726
Honorários da diretoria e conselho de administração	7.237	4.876	7.237	4.876
Mão de obra adicional	424.550	389.669	424.550	389.669
Vantagens (alimentação, transportes e outros)	123.326	94.236	123.556	94.518
FGTS	31.515	25.484	31.515	25.484
	1.232.854	1.054.224	1.233.084	1.054.506
Entidades governamentais				
Impostos contribuições federais	588.983	480.352	588.983	480.352
Impostos contribuições estaduais	243.751	172.698	243.751	172.698
Impostos contribuições municipais	55.013	36.799	55.013	36.799
Imposto renda e contribuição social diferido	21.128	(10.578)	21.128	(10.578)
	908.875	679.271	908.875	679.271
Instituições financeiras				
Despesas financeiras e aluguéis	591.342	526.412	710.435	662.990
Acionistas				
Lucros retidos	420.564	56.902	420.564	56.902
Dividendos	127.721	342.904	127.721	342.904
Resultado do período	548.285	399.806	548.285	399.806
Valor adicionado total distribuído	3.281.356	2.659.713	3.400.679	2.796.573

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Petrobras Transporte S.A. - Transpetro foi constituída em 12 de junho de 1998, como controlada integral da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, e tem por objeto social as operações de transporte e armazenagem de granéis, petróleo e seus derivados e de gás em geral, por meio de dutos, terminais ou embarcações, próprias ou de terceiros, e quaisquer outros modais de transporte, incluindo rodoviário, ferroviário e multimodal; o transporte de sinais, de dados, voz e imagem associados às suas atividades fins; a construção e operação de novos dutos, terminais e embarcações, mediante associação com outras empresas, majoritária ou minoritariamente; a participação em outras sociedades controladas ou coligadas, bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas. Atualmente, 98% das operações comerciais da Companhia são realizadas com as Empresas do Grupo Petrobras.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As presentes demonstrações financeiras incluem:

• As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (PCABR), que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs); e

• As demonstrações financeiras da controladora preparadas de acordo com o PCABR.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado e o patrimônio líquido da controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas e as demonstrações financeiras individuais estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

Essas são as primeiras demonstrações consolidadas preparadas conforme as IFRS nas quais o CPC 37 foi aplicado.

Demonstrações contábeis de 2009

Até 31 de dezembro de 2009, a Transpetro apresentava suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09 (MP 449/08), complementadas pelos pronunciamentos do CPC, aprovados por resoluções do CFC e de normas da CVM até 31 de dezembro de 2008.

Conforme estabelecido na Deliberação CVM 609/09 (CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), os padrões internacionais foram implementados retroativamente a 1º de janeiro de 2009. Dessa forma, as informações contábeis consolidadas e individuais, originalmente divulgadas, foram ajustadas e estão apresentadas de acordo com as normas contábeis internacionais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, respectivamente.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração da Companhia em 15 de fevereiro de 2011.

3. ADOÇÃO DOS PADRÕES INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

No balanço de adoção aos IFRS, em 1º de janeiro de 2009, foram aplicadas exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retroativa do IFRS, conforme CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, e estão apresentadas a seguir:

3.1. Transição das práticas contábeis

3.1.1 Variações cambiais registradas em conta específica do patrimônio líquido

A Companhia adotou o CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis (IAS 21) no exercício de 2008.

Entretanto, em função dos requerimentos estabelecidos pela CPC 37, o saldo de ajustes acumulados de conversão existentes em 31 de dezembro de 2008, no montante de R$ 3.762 mil, foi transferido para lucros acumulados, visando à equiparação à isenção do IFRS 1 de não calcular retroativamente as variações cambiais de investimentos em controladas e coligadas, com moeda funcional distinta da controladora.

3.2. Dividendos

A Companhia reconhecia a totalidade dos dividendos propostos em conta do passivo circulante. A partir de 2009 visando atender à conceituação de obrigação presente que consta do item 8 da Interpretação Técnica ICPC 08/09, apenas a parcela do dividendo mínimo obrigatório, que se caracterize efetivamente como uma obrigação legal, foi registrada no passivo. A parcela proposta dos órgãos da administração à assembleia de sócios excedente ao mínimo obrigatório foi mantida no patrimônio líquido, em conta específica de dividendos adicionais propostos, até aprovação por assembleia.

3.3. Reclassificação

A seguinte reclassificação foi realizada objetivando adequar a forma de apresentação da Companhia aos requerimentos dos IFRS:

• Imposto de renda diferido e contribuição social diferida que eram apresentados no ativo e passivo circulante foram reclassificados para o não circulante.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas IFRS e normas CPC.

a. Apuração do resultado

As receitas são reconhecidas com base nos períodos em que as embarcações estão à disposição da Petrobras e nos volumes de petróleo, derivados e de gás em geral transportados, e as despesas e custos são reconhecidos quando incorridos. O resultado inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias e cambiais, a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes e, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

b. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, a provisão para devedores duvidosos, o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, o valor residual do imobilizado e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente.

c. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem bancos, aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, arrendamentos a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados conforme descrito a seguir.

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado.

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, classificado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são classificados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

d. Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do exercício. Para a controlada localizada no exterior, os ativos e passivos foram convertidos para reais pela taxa de câmbio no fechamento do balanço, o resultado foi convertido pelas taxas médias mensais e o patrimônio líquido, pela taxa histórica.

e. Ativos circulante e não circulante

• Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. Estes valores são apresentados líquidos da respectiva provisão para devedores duvidosos, que é contituída para os valores vencidos em aberto há mais de 180 dias, para os quais não haja expectativa clara de recebimento.

• Estoques

Os estoques são apresentados ao custo médio de aquisição, que não excedem os valores de mercado e/ou de reposição.

• Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são apresentadas ao custo, e apropriadas ao resultado na medida em que são incorridas.

• Demais ativos circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização, com os respectivos rendimentos e variações monetárias e cambiais, quando aplicável.

• Investimento em controlada

A participação em controlada é avaliada pelo método da equivalência patrimonial, baseada no patrimônio líquido expresso em dólares norte-americanos, convertidos para reais com base nas taxas de câmbio vigentes em 31 de dezembro de 2010. Os ganhos ou perdas cambiais, que nas demonstrações consolidadas não foram eliminados, são apresentados no patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial.

• Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 14, que levam em consideração a vida útil dos bens.

A Companhia revisou a vida útil econômica dos ativos relacionados ao segmento do Transporte Marítimo, tendo por base laudos de avaliadores externos, resultando nas seguintes modificações de taxas:

Tipo de Ativo	Tempo Estimado de Vidas Úteis		Taxas Médias de Depreciação (%) a.a.	
	Atual	Proposto	Atual	Proposto
Navios	20 anos	25 anos	5	4

Petrobras Transporte S.A.

CNPJ Nº 02.709.449/0001-59 - Empresa do Sistema Petrobras

Os efeitos da alteração das estimativas de vida útil desses ativos foram reconhecidos a partir de 1º de janeiro de 2010, portanto, a depreciação no período de janeiro a dezembro de 2010 foi reduzida em R$ 66.108.

As Benfeitorias em Bens de Terceiros são reabilitações realizadas em bens de propriedade da Petrobras, mantidos pela Transpetro para uso na operação. Tais benfeitorias aumentam o uso do bem para campanha adicional e foram contabilizados da seguinte forma:

a. Benfeitorias cujas obras foram concluídas tiveram seus gastos contabilizados em "Benfeitoria em Bens de Terceiros";

b. Benfeitorias cujas obras ainda não foram concluídas tiveram seus gastos contabilizados em "Obras em Andamento".

• *Arrendamento mercantil*

a. Arrendamento financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota Explicativa nº 14. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

b. Arrendamento operacional

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

• *Intangível*

Está demonstrado pelo custo de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo esperado para geração de benefícios à Companhia.

A Companhia apresenta, em seu ativo intangível, os gastos com licença, direito de uso e desenvolvimento de softwares.

• *Redução ao valor recuperável*

O imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

f. Passivos circulante e não circulante

Os passivos circulante e não circulante são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

• *Provisões*

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

• *Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários*

Os custos do patrocínio do plano de pensão da Transpetro, na modalidade de Contribuição Definida, são equivalentes à contribuição ordinária mensal dos participantes não gerando déficits (superávits).

g. Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240.000,00 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

A partir do exercício de 2010, as empresas obrigadas a apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro pela sistemática do Lucro Real, devem adotar o Regime Tributário de Transição - RTT. Com a adoção do RTT, são eliminados os efeitos contábeis das Leis nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007 e 11.941 de 27 de maio de 2009, nas apurações fiscais.

A Companhia está obrigada a apurar o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro pelo Lucro Real. Dessa forma, os impactos da nova legislação contábil, foram desconsiderados nas apurações do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro corrente do exercício de 2010.

h. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas às normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, sendo essas:

• *Limited exemption from Comparative IFRS 7 Disclosures for First-time Adopters;*

• *Improvements to IFRS 2010;*

• *IFRS 9 Financial Instruments;*

• *Prepayment of a minimum fund requirement (Amendment to IFRIC 14);*

• *Amendments to IAS 32 Classification of rights issues.*

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor.

A Companhia não estimou a extensão do impacto destas novas normas em suas demonstrações financeiras.

5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações da Transpetro e de sua controlada integral Fronape International Company - FIC, localizada nas Ilhas Cayman. As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas controladora e controlada.

O investimento na FIC está sendo mensurado de acordo com o método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, segundo sua natureza, complementada por:

a. Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;

b. Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados da empresa controlada; e

c. Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas.

6. GERENCIAMENTO DE RISCO

Visão geral

Nesta nota é realizado um breve esclarecimento sobre a estrutura do gerenciamento de risco da Transpetro e posteriormente são apresentadas informações sobre a exposição da Companhia aos seguintes riscos: crédito, investimentos, liquidez e taxa de juros.

Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Transpetro utiliza a Política e Diretrizes de Controles Internos da Petrobras, que tem por objetivo estabelecer os princípios que nortearão as Empresas do Sistema na gestão dos seus controles internos, de forma a exercê-la com excelência e contribuindo com a redução de custos e a mitigação de riscos empresariais relevantes, de natureza estratégica (governança e modelo de negócio), financeira (crédito, mercado e liquidez), operacional (processo, pessoal, informação, tecnologia e meio ambiente) ou de conformidade ("compliance"), garantindo a integridade dos dados utilizados na tomada de decisões de negócios, assegurando a confiabilidade dos relatórios financeiros, em atendimento aos requisitos legais e regulamentos aplicáveis, em conformidade com as melhores práticas de mercado e com a legislação vigente.

Mantendo compromisso com a manutenção de elevados níveis de governança corporativa a Transpetro preocupa-se com a transparência, a credibilidade, a sinergia e a integração de seu sistema de controles internos para o atendimento de requisitos estratégicos, financeiros, regulatórios e legais, inclusive aqueles exigidos pela Lei Sarbanes-Oxley (SOX) ao Sistema Petrobras, visando, entre outros aspectos, garantir o adequado registro de ativos e obrigações, a salvaguarda de ativos e a segregação das operações. Para auxiliar este processo implementou, em 2010, ferramenta específica que efetua análise de risco no processo de criação e concessão de perfis de acesso, o GRC-AC (Governance, Risk and Compliance - Access Control).

Risco de crédito

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, cerca de 98% das operações são efetuadas com a Controladora ou com empresas do Sistema Petrobras. A Administração não espera haver exposição ao risco de créditos decorrentes dessas operações.

Risco de liquidez

A Administração entende não haver exposição significativa ao risco de liquidez uma vez que a comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades indica que os recursos existentes são suficientes para cumprir suas obrigações financeiras de curto e longo prazo junto a terceiros, na data de seus vencimentos.

Risco de taxa de juros

O risco da taxa de juros a que a Companhia está exposta é em função de sua dívida de longo prazo e, em menor escala, de curto prazo. Considerando um possível aumento das taxas de juros do mercado, as despesas financeiras da Companhia aumentariam e, consequentemente, seria observado o impacto negativo nos resultados operacionais e na posição financeira da Companhia. A dívida a taxas de juros flutuantes em reais está sujeita, principalmente, à flutuação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Caixa e bancos	14.253	9.039	14.537	9.340
Aplicações financeiras	383.981	115.074	509.785	209.112
	398.234	124.113	524.322	218.452

As aplicações financeiras da Controladora estão distribuídas em dois fundos de investimento distintos: a) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados ("FIDC-NP") do Sistema Petrobras. Este fundo de investimento, administrado pelo Itaú Unibanco, é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não "performados" de operações realizadas pelas empresas do Sistema Petrobras, e visa à otimização da gestão financeira do caixa da Controladora e suas Subsidiárias; e b) Fundo de Renda Fixa, que é administrado pelo Banco do Brasil. Em 2010 a rentabilidade anual de cada um deles foi de 9,74% (9,90% em 2009) e 10,81% (10,59% em 2009), respectivamente.

As aplicações efetuadas no exterior, através da FIC - Fronape International Company, são feitas em dólar, e administradas pelo Bank of America e Banco do Brasil New York, e rentabilizaram, em média, nesta moeda, 0,39% em 2010 (0,51% em 2009).

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2010, os valores registrados em Títulos e Valores Mobiliários, representavam, em sua maioria, valores dados em garantia e bloqueios judiciais, tais como:

	Controladora e Consolidado	
	2010	2009
Curto prazo		
Depósito em garantia pelo benefício de admissão temporária dos navios Cartola e Ataulfo Alves **(*)**	–	146.316
Depósitos para incentivos fiscais - Reinvestimento **(**)**	4.526	4.730
	4.526	151.046
Longo prazo		
Bloqueios judiciais - FIDC	36.930	17.023
Outros	47	55
	36.977	17.078

(*) Termos de responsabilidade por admissão temporária em conformidade com a Instrução Normativa - IN SRF nº 285 (Repetro), referentes aos navios Ataulfo Alves e Cartola, nos quais a Companhia se compromete a manter, a título de caução, o montante de R$ 146.316 aplicados no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados do Sistema Petrobras (FIDC). A partir de maio de 2010, o valor foi transferido para aplicações financeiras, face conclusão da substituição da garantia, que passou a ser prestada através de carta-fiança oriunda da Petrobras Gás S.A. - Gaspetro.

(**) Depósitos em garantia efetuados junto ao Banco do Nordeste e Banco da Amazônia, relativos a incentivos fiscais de reinvestimento por projetos em andamento junto a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - "SUDENE" e Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - "SUDAM".

9. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Clientes				
Terceiros	8.690	10.881	8.690	10.881
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.943)	(1.437)	(2.943)	(1.437)
	5.747	9.444	5.747	9.444
Partes relacionadas **(*)**	577.048	858.872	571.387	853.113
	582.795	868.316	577.134	862.557

(*) Neste saldo, em 31 de dezembro de 2009, está incluído o montante de R$ 220.198 referente ao faturamento de dutos e terminais do mês de novembro de 2009, efetuado junto a Controladora, que foi recebido somente em 2010.

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Controladora e Consolidado	2010	2009
Saldo em 1º de janeiro	(1.437)	(19.009)
Adições **(*)**	(2.943)	–
Baixas **(**)**	1.437	17.572
Saldo em 31 de dezembro	(2.943)	(1.437)

(*) A Cia contabilizou a provisão do valor em aberto com a B Corporate Travel, em aberto há mais de 180 dias.
(**) Em 2010 baixa da provisão no montante de R$ 1.437 ocorreu em virtude do recebimento da dívida do cliente Braskem, em contrapartida a Companhia registrou o montante de R$ 2.943. Em 2009 a baixa da provisão no montante de R$ 17.572 ocorreu em virtude de acordo judicial com o cliente Vitol do Brasil Ltda., que resultou em um recebimento parcial da dívida.

10. PARTES RELACIONADAS

O CPC 05 estabelece que as demonstrações contábeis da entidade contenham as divulgações necessárias para evidenciar a possibilidade de que sua posição financeira e seu resultado possam ter sido afetados pela existência de transações e saldos com partes relacionadas.

Os ativos e passivos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de operações entre a Companhia, sua Controladora (Petrobras) e demais empresas ligadas, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

Em 2009 a Transpetro efetivou a venda do navio Camocim à Moorgate Shipping Inc, pelo montante de R$ 2.153. Esta operação gerou um prejuízo contábil de R$ 366, líquido do saldo residual capitalizado. A negociação foi feita em condições usuais de mercado baseada em laudo de avaliação independente.

	Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Fronape International Company	Petrobras Netherlands B.V.	Petrobras Distribuidora S.A. - BR	Petrobras América Inc.	REFAP	TAG	Demais empresas	2010	2009
Controladora										
Receitas operacionais por prestação de serviços	4.641.514	–	–	17.161	–	90.283	137.641	47.893	4.934.492	4.199.806
Custo dos serviços prestados afretamento/arrendamento	478.421	–	–	–	–	–	–	–	478.421	457.338
Custo dos serviços prestados lubrificantes e outros	–	–	–	16.709	–	–	–	–	16.709	22.006
Contas a receber, principalmente por prestação de serviços	538.484	6.195	–	2.530	–	9.951	10.359	9.530	577.048	858.872
Custo de pessoal cedido	425.314	–	–	–	–	–	–	–	425.314	389.155
Contas a pagar	258.109	–	–	7.526	384	–	–	–	266.019	317.336
Consolidado										
Receitas operacionais por prestação de serviços	4.641.514	–	241.355	17.161	–	90.283	137.641	47.893	5.175.846	4.470.189
Custo dos serviços prestados afretamento/arrendamento	478.421	–	–	–	–	–	–	–	478.421	457.338
Custo dos serviços prestados lubrificantes e outros	–	–	–	16.709	–	–	–	–	16.709	22.006
Contas a receber principalmente por prestação de serviços	538.484	–	533	2.530	–	9.951	10.359	9.530	571.387	853.113
Custo de pessoal cedido	425.314	–	–	–	–	–	–	–	425.314	389.155
Contas a pagar	258.109	–	16.876	7.526	384	–	–	–	282.895	327.538

11. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora e Consolidado	
	2010	2009
ICMS	634	628
Imposto de renda e contribuição social	16.090	19.879
COFINS	15.008	11.255
PIS	3.272	2.456
INSS	52.441	74.059
ISS	5.391	4.467
Outros	53	46
	92.889	112.790

Os valores de Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro, Pis e Cofins, são originários, principalmente, das retenções determinadas pela Lei nº 10.833 de 29 de dezembro de 2003, que afetam todas as receitas oriundas da Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS.

O valor de INSS, refere-se à retenção sobre os serviços prestados com cessão de mão de obra, conforme disposto, atualmente, pela IN RFB nº 971 de 13 de novembro de 2009.

Nos exercícios de 2010 e 2009, a Companhia compensou parte dos impostos a recuperar com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro a recolher, nos montantes de R$ 104.316 e R$ 50.822, respectivamente (R$ 98.124 e R$ 38.574 em 2009), apresentando seu Balanço Patrimonial líquido dos efeitos supracitados.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

Os valores registrados em 2010 e 2009, nos montantes de R$ 12.891 e R$ 5.158, para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro diferidos, respectivamente (R$ 28.427 e R$ 10.750 em 2009), foram constituídos com base nas diferenças temporárias.

Decorrentes de: provisões para contingências (trabalhistas, cíveis e tributárias), devedores duvidosos, participação de empregados nos lucros - PLR e diferença entre a depreciação contábil com base no CPC 27 e a fiscal com base na IN SRF 162/98.

Petrobras Transporte S.A.

CNPJ Nº 02.709.449/0001-59 - Empresa do Sistema Petrobras

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Ativo não circulante:				
Provisão para contingências	16.806	27.982	16.806	27.982
Provisão para devedores duvidosos	2.943	–	2.943	–
Provisão para perda com incentivos fiscais (dedutível somente para fins de CSL - 9%)	5.745	5.745	5.745	5.745
Provisão para PLR	98.000	85.726	98.000	85.726
Passivo não circulante				
Mudança de estimativa - redefinição de vida útil do ativo imobilizado	(66.106)	–	(66.106)	–

A administração considera que os ativos e passivos diferidos decorrentes de diferenças temporárias, serão realizados na proporção da solução final das contingências e eventos.

Em virtude da adoção dos padrões internacionais de contabilidade os ajustes descritos no item 3.3 estão demonstrados conforme a seguir:

	01/01/2009		31/12/2009	
Ativo	**Divulgado**	**Ajustado aos IFRS**	**Divulgado**	**Ajustado aos IFRS**
Circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.788	–	29.147	–
Não circulante				
Realizável a longo prazo:				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.811	28.599	10.030	39.177

A reconciliação dos encargos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, apurados conforme as alíquotas nominais e os valores reconhecidos nos resultados dos exercícios de 2010 e 2009 estão apresentados a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2010	2009
Lucro antes dos impostos e após a participação de empregados e administradores	813.361	604.280
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(276.543)	(205.455)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Adições/exclusões permanentes, líquidas	487	(2.745)
Incentivos fiscais	4.757	409
Outros	6.224	3.317
Despesa com formação de provisões para imposto de renda e contribuição social	(265.075)	(204.474)
IR e CSLL correntes	(243.947)	(215.052)
IR e CSLL diferidos	(21.128)	10.578
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	32,59%	33,84%

13. INVESTIMENTO EM CONTROLADA - FRONAPE INTERNATIONAL COMPANY - FIC

A Transpetro é detentora de 100% do capital social integralizado da Fronape International Company - FIC. Essa companhia, sediada nas Ilhas Cayman, tem como objetivo a exploração de transporte por meio de embarcações.

Em 12 de novembro de 2010, a Administração aprovou a constituição de uma nova subsidiária pela FIC na Holanda. Esta empresa assumirá as operações da FIC, que deverão ser concluídas em 2011.

Movimentação dos saldos

	2010	2009
No início do exercício	64.032	39.233
Equivalência patrimonial	38.651	44.735
Amortização do ganho apurado na venda dos navios	3.653	7.304
Perda cambial sobre o patrimônio líquido de controlada no exterior	–	–
Variação cambial acumulada em investimento no exterior **(*)**	(10.777)	(27.240)
No fim do exercício	95.559	64.032

(*) Refere-se ao ganho patrimonial apurado sobre a variação cambial no processo de conversão

14. IMOBILIZADO

Por tipo de ativos

		Controladora				Consolidado			
		2010			2009	2010			2009
	Vida útil estimada em anos	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edificações e benfeitorias	25	28.761	(9.675)	19.086	20.264	28.761	(9.675)	19.086	20.264
Equipamentos e outros bens	5 - 10	584.993	(204.111)	380.882	161.451	616.804	(224.161)	392.643	173.832
Benfeitorias em bens de terceiros	6 - 10	91.909	(39.326)	52.583	74.569	91.909	(39.326)	52.583	74.569
Navios	25	866.107	(610.453)	255.654	267.312	866.107	(610.453)	255.654	267.312
Terrenos	–	12.177		12.177	12.177	12.177		12.177	12.177
Projetos de expansão Promef	–	887.348		887.348	441.237	887.348		887.348	441.237
Reforma de tanques em andamento	–	572.220		572.220	364.815	572.220		572.220	364.815
Substituição de braços de carregamento em andamento	–	135.059		135.059	123.006	135.059		135.059	123.006
Outras obras em andamento	–	92.883		92.883	27.777	92.883		92.883	27.777
Arrendamento de navios - CPC 06	18	583.200	(264.530)	318.669	351.075	517.476	(234.718)	282.757	311.511
		3.854.657	(1.128.095)	2.726.562	1.843.683	3.820.744	(1.118.333)	2.702.411	1.816.500

Movimentação do custo

	Controladora				
	31/12/2009	Movimentação			31/12/2010
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Edificações e benfeitorias	28.761	–	–	–	28.761
Equipamentos e outros bens	331.260	101.924	(100.505)	252.314	584.993
Benfeitorias em bens de terceiros	104.091	163	–	(12.345)	91.909
Navios	866.107	–	–	–	866.107
Terrenos	12.177	–	–	–	12.177
Projetos de expansão Promef	441.237	446.111	–	–	887.348
Reforma de tanques em andamento	364.815	447.374	–	(239.969)	572.220
Substituição de braços de carregamento em andamento	123.006	12.053	–	–	135.059
Outras obras em andamento	27.777	65.106	–	–	92.883
Arrendamento de navios - CPC 06	583.200	–	–	–	583.200
	2.882.431	1.072.731	(100.505)	–	3.854.657

	Consolidado				
	31/12/2009	Movimentação			31/12/2010
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Edificações e benfeitorias	28.761	–	–	–	28.761
Equipamentos e outros bens	356.358	108.638	(100.506)	252.314	616.804
Benfeitorias em bens de terceiros	104.091	163	–	(12.345)	91.909
Navios	866.107	–	–	–	866.107
Terrenos	12.177	–	–	–	12.177
Projetos de expansão Promef	441.237	446.111	–	–	887.348
Reforma de tanques em andamento	364.815	447.374	–	(239.969)	572.220
Substituição de braços de carregamento em andamento	123.006	12.053	–	–	135.059
Outras obras em andamento	27.777	65.106	–	–	92.883
Arrendamento de navios - CPC 06	517.476	–	–	–	517.476
	2.841.805	1.079.445	(100.506)	–	3.820.744

	Controladora				
	01/01/2009	Movimentação			31/12/2009
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Edificações e benfeitorias	28.761	–	–	–	28.761
Equipamentos e outros bens	286.241	86.324	(41.305)	–	331.260
Benfeitorias em bens de terceiros	101.405	2.685	–	–	104.090
Navios	877.999	–	(11.892)	–	866.107
Terrenos	12.177	–	–	–	12.177
Projetos de expansão Promef	187.001	365.425	–	–	552.426
Reforma de tanques em andamento	81.575	283.240	–	–	364.815
Substituição de braços de carregamento em andamento	115.816	7.190	–	–	123.006
Outras obras em andamento	18.863	8.914	–	–	27.777
Arrendamento de navios - CPC 06	583.200	–	–	–	583.200
	2.293.038	753.778	(53.197)	–	2.993.619

	Consolidado				
	01/01/2009	Movimentação			31/12/2009
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Edificações e benfeitorias	28.761	–	–	–	28.761
Equipamentos e outros bens	304.033	96.464	(44.139)	–	356.357
Benfeitorias em bens de terceiros	101.405	2.685	–	–	104.091
Navios	877.999	–	(11.892)	–	866.107
Terrenos	12.177	–	–	–	12.177
Projetos de expansão Promef	187.001	365.425	–	–	552.426
Reforma de tanques em andamento	81.575	283.240	–	–	364.815
Substituição de braços de carregamento em andamento	115.816	7.190	–	–	123.006
Outras obras em andamento	18.863	8.914	–	–	27.777
Arrendamento de navios - CPC 06	517.476	–	–	–	517.476
	2.245.106	763.918	(56.031)	–	2.952.993

Depreciação

	Controladora				
	31/12/2009	Movimentação			31/12/2010
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Edificações e benfeitorias	(8.498)	(1.177)	–	–	(9.675)
Equipamentos e outros bens	(169.810)	(115.570)	81.354	(85)	(204.111)
Benfeitorias em bens de terceiros	(29.521)	(9.890)	–	85	(39.326)
Navios	(598.795)	(11.658)	–	–	(610.453)
Arrendamento de navios – CPC 06	(232.125)	(32.405)	–	–	(264.530)
	(1.038.749)	(170.700)	81.354	–	(1.128.095)

	Consolidado				
	31/12/2009	Movimentação			31/12/2010
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Edificações e benfeitorias	(8.498)	(1.177)	–	–	(9.675)
Equipamentos e outros bens	(182.526)	(122.904)	81.354	(85)	(224.161)
Benfeitorias em bens de terceiros	(29.521)	(9.890)	–	85	(39.326)
Navios	(598.795)	(11.658)	–	–	(610.453)
Arrendamento de navios - CPC 06	(205.965)	(28.753)	–	–	(234.718)
	(1.025.305)	(174.384)	81.354	–	(1.118.333)

	Controladora				
	01/01/2009	Movimentação			31/12/2009
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Edificações e benfeitorias	(7.320)	(1.177)	–	–	(8.498)
Equipamentos e outros bens	(116.241)	(92.813)	39.244	–	(169.810)
Benfeitorias em bens de terceiros	(20.397)	(9.124)	–	–	(29.521)
Navios	(529.232)	(78.988)	9.425	–	(598.795)
Arrendamento de navios - CPC 06	(199.718)	(32.407)	–	–	(232.125)
	(872.908)	(214.509)	48.669	–	(1.038.749)

	Consolidado				
	01/01/2009	Movimentação			31/12/2009
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Edificações e benfeitorias	(7.320)	(1.177)	–	–	(8.498)
Equipamentos e outros bens	(124.778)	(93.368)	35.620	–	(182.526)
Benfeitorias em bens de terceiros	(20.397)	(9.124)	–	–	(29.521)
Navios	(529.232)	(78.988)	9.425	–	(598.795)
Arrendamento de navios - CPC 06	(180.863)	(25.103)	–	–	(205.965)
	(862.590)	(207.760)	45.045	–	(1.025.305)

Benfeitorias em bens de terceiros

A partir do exercício de 2007 os gastos com as reabilitações de bens arrendados da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras passaram a ser de responsabilidade da Transpetro. Dessa forma, as reabilitações dos tanques, definidas e atestadas pela Gerência Geral de Engenharia, tiveram seus gastos capitalizados e contabilizados da seguinte forma:

1. Os gastos com reabilitação de tanques, cujas conclusões ocorreram durante o exercício de 2010, foram contabilizados em "Benfeitorias em bens de terceiros", no montante de R$ 230.652 (R$ 82.207 em 2009);

2. Os gastos com reabilitação de tanques, cujas obras ainda não foram concluídas, foram contabilizados em "Reforma de tanques em andamento" no montante de R$ 207.406 (R$ 364.815 em 2009); e

3. O Plano de Inspeção Anual, elaborado pela Gerência Geral de Engenharia, atrelado ao PAN - Plano Anual de Negócio - estima gastos no montante de R$ 332.493 a serem capitalizados durante o exercício de 2011.

Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento dos navios Ataulfo Alves e Cartola, operados pela Transpetro desde 2002, estão sendo classificados, em atendimento à Lei nº 11.638/07 complementada pelo CPC 06, como contratos de arrendamento mercantil financeiro, reconhecidos como ativo imobilizado, depreciados com base na vida útil econômica, e as parcelas a vencer do contrato de arrendamento no passivo circulante e não circulante com base em seu valor presente, distribuído segundo sua natureza em principal, amortizável ao longo da vigência dos contratos, e juros a serem apropriados à medida que forem sendo incorridos, conforme Nota Explicativa nº 17.

Custo atribuído

Foi incentivada, na adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27, a utilização do custo atribuído para os bens ou conjuntos de bens de valores relevantes ainda em operação que apresentavam valor contábil substancialmente inferior ao seu valor justo em seus saldos iniciais. Contudo a Companhia decidiu não adotar a política de revisão do custo de aquisição tendo em vista as características tecnológicas dos navios e a perspectiva de substituição da frota atual (Promef).

15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Transpetro é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

a. Processos judiciais provisionados

	Controladora e Consolidado			
	2009	Adições	Baixas	2010
Processos judiciais trabalhistas	5.858	10.502	(4.950)	11.410
Processos judiciais cíveis	16.460	3.066	(15.576)	3.951
Processos judiciais tributários	5.664	1.445	(5.664)	1.445
Total provisionado no passivo não circulante	27.982	15.013	(26.190)	16.806

	Controladora e Consolidado			
	01/01/2009	Adições	Baixas	2009
Processos judiciais trabalhistas	5.551	1.053	(746)	5.858
Processos judiciais cíveis	15.297	1.163	–	16.460
Processos judiciais tributários	4.830	834	–	5.664
Total provisionado no passivo não circulante	25.678	3.050	(746)	27.982

b. Processos judiciais não provisionados

Com base no levantamento dos processos judiciais e procedimentos administrativos da área jurídica da Transpetro, demonstramos a seguir o valor total dos processos judiciais com perdas possíveis não provisionadas.

Ações	2010	2009
Cíveis	18.294	42.498
Trabalhistas	68.289	31.951
Tributárias	17.309	858
Total	103.892	75.307

16. PLANO DE PENSÃO E DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO A FUNCIONÁRIOS

O Plano de Previdência da Transpetro, de contribuição definida, foi criado em parceria com a Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS, para garantir aos empregados da Companhia uma renda de aposentadoria complementar, dando total segurança aos participantes. Além da renda de aposentadoria, também cobre os benefícios para casos de morte ou invalidez permanente.

Para sustentação e estabilidade do plano, a Transpetro contribui mensalmente com uma quantia equivalente à contribuição ordinária mensal dos participantes, que representa 5,32% do seu salário real de contribuição. Em 2010, o total das contribuições pagas referentes à massa de participantes ativos atingiu o montante de R$ 22.026 (R$ 21.301 em 2009).

17. ARRENDAMENTO MERCANTIL

Arrendamento mercantil financeiro

Em outubro de 2002, a controlada FIC concluiu a venda a terceiros dos navios aliviadores "Cartola" e "Ataulfo Alves" com um ganho equivalente a R$ 65.724. Em novembro de 2002, esses mesmos navios foram afretados à Transpetro por meio de contratos de "Bareboat Charter Party", pelo prazo de 9 anos e 6 meses, e sub-afretados à Petrobras, no regime "Time Charter Party", por prazo equivalente.

Por força da Lei nº 11.638/07, complementada pelo CPC 06, estes navios passaram a ser apresentados nas demonstrações contábeis da Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2008, como arrendamento mercantil financeiro e, consequentemente, reconhecidos como ativo imobilizado e depreciados com base em sua vida útil econômica.

O registro contábil inicial na Controladora levou em consideração o custo de aquisição histórico no montante de R$ 583.200, que incluiu o ganho equivalente a R$ 65.724 auferido pela FIC em 2002. A Administração entendeu que a operação se caracterizou como um retroarrendamento e, como consequência, eliminou, para fins de consolidação, a parcela de R$ 26.159 do ganho total da FIC a ser diferida até o final do arrendamento mercantil com base no disposto no CPC 06.

Petrobras Transporte S.A.

CNPJ Nº 02.709.449/0001-59 - Empresa do Sistema Petrobras

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia reconheceu como despesa no resultado referente a arrendamento mercantil financeiro os montantes de R$ 6.945 (R$ 8.232 em 2009) relativo a despesas financeiras, R$ 28.755 (R$ 28.755 em 2009) relativo à despesa de depreciação e R$ 3.590 (R$ 39.236 em 2009) referente à variação cambial positiva decorrente do reconhecimento inicial do passivo relacionado ao contrato de leasing financeiro dos navios Cartola e Ataulfo Alves em função da Lei nº 11.638/07 e CPC 06. Os pagamentos futuros mínimos com base em 31 de dezembro de 2010 destes contratos estão segregados da seguinte forma:

	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos
Até um ano	26.659	5.385	32.044
De um até cinco anos	39.989	2.162	42.151

Arrendamento mercantil operacional (arrendatário)

A FIC, subsidiária integral da Transpetro, possui uma frota de sete navios em operação arrendados de terceiros em contratos de afretamento de navios a casco nu do tipo "Bareboat Charter Party". Esses contratos de arrendamento foram assinados entre 2002 e 2006 com valores de pagamentos diários que variam de US$ 21,6 mil (equivalentes a R$ 36) a US$ 35,5 mil (equivalentes a R$ 59) e possuem prazos de vigência entre 13 e 15 anos. Em 2011 estarão sendo agregados mais três navios a sua frota.

Por exigência da Transpetro junto aos arrendadores, de forma a garantir a continuidade das operações, foram incluídas cláusulas de opção de compra dos navios ao término de cada contrato. Estes valores foram estipulados com base em cotações de mercado à época e não caracterizavam preços de barganha nas datas de assinatura dos contratos. Adicionalmente, o programa de renovação da frota em sua segunda fase, prevê a construção de sete navios do tipo aliviadores de posicionamento dinâmico, assim como os navios da FIC em operação, porém com recursos e tecnologia mais avançados e apropriados às necessidades atuais da operação. Desta forma, a Transpetro possui a intenção de substituir os navios existentes ao término de cada contrato e de não exercer as opções de compra estabelecidas nos contratos destes sete navios.

Os pagamentos futuros mínimos com base em 31 de dezembro de 2010 destes contratos estão segregados da seguinte forma:

	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos
Até um ano	136.550	8.621	145.171
De um até cinco anos	667.308	339.338	1.006.646
Acima de cinco anos	167.508	275.794	443.302

Arrendamento mercantil operacional (arrendador)

a. Navios arrendados à Petrobras

A Transpetro possui um contrato principal de afretamento marítimo do tipo "*Time Charter Party*" com a Petrobras, onde a frota principal de 41 navios é disponibilizada às operações de sua Controladora sob o comando técnico e operacional da Transpetro. Esses contratos são negociados anualmente e utilizados como base para definição do fluxo de recebimentos dos exercícios seguintes.

Os recebimentos futuros mínimos, com base nos contratos que estipulam os valores para o exercício de 2010, estão estimados da seguinte forma:

	Valor presente dos recebimentos mínimos	Juros	Recebimentos futuros mínimos
Até um ano	735.582	82.753	818.335

b. Navios arrendados à Petrobras Netherlands B.V. - PNBV

A atual frota da FIC, composta de sete navios, é disponibilizada às operações da PNBV em contratos de afretamento marítimo do tipo "*Time Charter Party*". Esses contratos foram assinados entre 2002 e 2006, com prazo de vigência entre 13 e 15 anos e valores de afretamento que são renegociados ao final de cada ano. Os valores diários vigentes em 2010 variam entre US$ 45,9 mil (equivalentes a R$ 76) e US$ 60,8 mil (equivalentes a R$ 101). Em 2011 estarão sendo agregados mais três navios a sua frota.

Os recebimentos futuros mínimos com base em 31 de dezembro de 2010 estão estimados da seguinte forma:

	Valor presente dos recebimentos mínimos	Juros	Recebimentos futuros mínimos
Até um ano	270.708	16.981	287.689
De um até cinco anos	1.319.545	669.063	1.988.608
Acima de cinco anos	280.292	458.094	738.386

Os valores a serem recebidos podem variar de acordo com as flutuações do mercado de afretamento.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2010 está representado por 2.072.466.128 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas escriturais, com direito de voto (1.716.880.471 em 2009).

Em 17 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social no montante de R$ 355.585, passando o capital social da Companhia de R$ 1.716.880.471 para R$ 2.072.466.128 mediante a emissão de 355.585 Ações Ordinárias, em função da integralização do saldo remanescente de dividendos a pagar de 2009.

b. Reservas

b.1. Reservas de lucro

• Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

• Reserva de incentivos fiscais (Alteração Lei 11.638/07 - Deliberação CVM 555/08)

É constituída mediante destinação da parcela de incentivos fiscais, decorrentes de doações ou subvenções governamentais, apropriada no resultado do exercício em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações, incluído pela Lei 11.638/07, a partir de 01de janeiro de 2008.

No exercício de 2010, foi destinado do resultado o valor de R$ 9.987 mil referente ao incentivo para subvenção de investimentos no Nordeste, no âmbito da SUDENE, após aprovação deste órgão, com redução de 25% do imposto de renda devido, calculado sobre o lucro da exploração de atividades incentivadas.

• Reserva de lucros a realizar

Reserva constituída em 1999, ou seja, anteriormente à vigência da Lei nº 10.303/01, com parcela do resultado de equivalência patrimonial em controlada, que será transferida para lucros acumulados e computada no cálculo do dividendo obrigatório quando do recebimento de dividendos da controlada.

• Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital da Companhia de acordo com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

Na proposta de destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 está sendo efetuada uma retenção de lucros, no montante de R$ 118.885 (R$ 35.128 em 2009), que se destina aos investimentos previstos no orçamento de capital do exercício de 2011, a ser aprovado na Assembleia Geral de Acionistas.

b.2. Reservas de capital

• Reserva de incentivos fiscais

Reserva constituída com aplicações em incentivos fiscais no Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), originadas de destinações de parte de seu imposto de renda dos anos de 1999 e 2000.

c. Remuneração aos acionistas

O Estatuto assegura aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Os dividendos relativos ao exercício de 2009, no valor de R$ 342.904 (R$ 0,20 por ação), correspondiam a 90,71% do lucro líquido ajustado daquele exercício.

O Conselho de Administração através de reunião realizada em 19 de março de 2010 aprovou um complemento de dividendos propostos em 2009, pago ao acionista no exercício de 2010, no valor de R$ 6.424.

A proposta de dividendos relativa ao exercício de 2010, que estará sendo encaminhada pela Administração da Transpetro à aprovação do seu acionista na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 18 de março de 2011, é de R$ 392.000 (R$ 0,19 por ação), que corresponde a 77 % do lucro líquido ajustado do exercício.

Os dividendos do exercício de 2010 foram calculados conforme se segue:

	2010	2009
Lucro líquido do exercício	548.286	399.806
(–) Reserva legal	(27.414)	(19.990)
(–) Reserva de incentivos fiscais	(9.987)	(1.784)
Base de cálculo	510.885	378.032
Dividendos propostos (77%)	392.000	342.904
Dividendos mínimos - Passivo circulante	127.721	94.508
Dividendo adicional proposto - Patrimônio líquido	264.279	248.396

Em virtude da adoção dos padrões internacionais de contabilidade o ajuste descrito no item 3.2 está demonstrado conforme a seguir:

	01/01/2009		31/12/2009	
	Divulgado	Ajustado aos IFRS	Divulgado	Ajustado aos IFRS
Passivo				
Circulante				
Dividendos	242.000	140.663	342.904	94.508
Patrimônio líquido				
Dividendo adicional proposto	–	101.337	–	248.396

19. RESULTADO POR AÇÃO

	R$ mil	
	2010	2009
Lucro atribuível ao acionista controlador	548.286	399.806
Quantidade de ações	2.072.466	1.716.880
Resultado por ação ponderado pela quantidade de ações ordinárias em poder dos acionistas em cada período	0,31	0,24

20. SEGUROS

As operações da Companhia se encontram seguradas contra termos de danos materiais, e responsabilidade civil. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Os valores em risco e os limites máximos de indenização são os seguintes, em milhares de dólares norte-americanos:

	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Danos materiais navios	1.079.800	1.079.800
Responsabilidade civil	–	4.500.000

O limite máximo de indenização confere à Companhia a necessária cobertura securitária considerando as características do bem segurado, a probabilidade de ocorrência de sinistros e seu valor de reposição.

21. PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS

A participação de empregados nos resultados, conforme disposto na legislação em vigor, pode ocorrer baseada em programas espontâneos mantidos pelas empresas, ou em acordos com os empregados, ou com as entidades sindicais.

Diante disso, a Transpetro adotou um programa de participação nos lucros e resultados e, em 31 de dezembro de 2010, registrou uma provisão no valor de R$ 98.000 (R$ 85.726 em 2009), respeitando os limites estabelecidos pela Resolução nº 10, de 30 de maio de 1995, do Conselho de Controle das Empresas Estatais - CCE, conforme instruções emitidas pela Controladora (Ofício 1.939/2009-SE/MME e Oficio 703/DEST-MP).

Com relação à provisão do exercício de 2009, a Transpetro em função das negociações do acordo coletivo, e por aprovação em reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de março de 2010, complementou o valor da provisão em R$ 1.606 e contabilizou tal complemento no resultado no exercício de 2010.

22. OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS (CONTROLADORA)

Segue abaixo a composição de outras despesas operacionais:

	2010	2009
Repasse de despesas para Petrobras	72.961	–
Repasse de despesas da Companhia para a Petrobras	–	(61.706)
Petróleo com elevado teor de água	–	48.938
Abono concedido (Acordo coletivo de trabalho)	(20.904)	–
Complemento da PLR - exercício anterior	(1.606)	(22.576)
Provisão para contingências	11.176	(2.304)
Baixa de imobilizado	(19.929)	(4.527)
Receita de Incentivos, doações e subvenções governamentais	9.987	1.784
Outras	(10.122)	19.053
Total	41.563	(21.338)

23. REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES E EMPREGADOS (EM REAIS)

No exercício de 2010, a maior e a menor remuneração, em reais, atribuídas a empregados ocupantes de cargos permanentes e dirigentes, relativos ao mês de dezembro, foram de R$ 60.206,96 e R$ 1.295,43, respectivamente (R$ 49.719,93 e R$ 2.132,86 em 2009). A remuneração média naquele mês foi de R$ 6.084,38 (R$ 6.913,77 em 2009).

Os salários, encargos, contribuição de seguridade social e participação nos lucros da empresa totalizaram em 2010 R$ 1.098.449 (R$ 959.988 em 2009).

24. PROMEF - PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO E EXPANSÃO DA FROTA

PROMEF I

A Transpetro assinou em 2007 e 2008 contratos de compra e venda condicionada de navio com três estaleiros nacionais para a construção de vinte e três navios petroleiros e, considerando os aditivos assinados, o valor total dos contratos é de R$ 5.617.646.

PROMEF II

Em 2009 foram assinados os contratos de compra e venda condicionada de navio com dois estaleiros nacionais para a construção de dez navios petroleiros, no valor total de R$ 3.037.383.

Em 2010 foram assinados os contratos de compra e venda condicionada de navio com um estaleiro nacional para a construção de 8 navios gaseiros, o valor total dos contratos é de R$ 917.715.

PROMEF HIDROVIA

Em 2010 foram assinados os contratos de compra e venda condicionada de navios do tipo comboio com o Estaleiro Rio Tietê Ltda. para a construção de 20 comboios, o valor total dos contratos é de R$ 432.316.

A captação desses recursos (PROMEF I, II e HIDROVIA) foi feita junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, através do Fundo de Marinha Mercante - FMM.

Partes responsáveis pelos aportes financeiros	Percentual de participação
Transpetro através de recursos próprios	10%
BNDES - financiamento à Transpetro	36%
Estaleiro através de recursos próprios	8%
BNDES - financiamento aos estaleiros	46%

Os percentuais supracitados correspondem aos percentuais globais e variam entre as partes a cada etapa do contrato.

As condições estabelecidas nos contratos são demonstradas como segue:

PROMEF I

Qtd.	Tipo	Estaleiro	Valor R$ (mil)	Taxa de Juros	Prazo
10	Suezmax	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	2.847.729	TJLP + 2,5% a.a	20 anos e carência de 48 meses a contar do 1º saque
5	Aframax	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	1.266.902		
4	Tanque/Produto	Estaleiro Mauá-Petro UM S.A.	646.609		
4	Panamax	EISA-Estaleiro Ilha S.A.	856.406		
			5. 617.646		

PROMEF II

Qtd.	Tipo	Estaleiro	Valor R$ (mil)	Taxa de Juros	Prazo
4	Suezmax	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	1.785.654	TJLP + 2,5% a.a para nacionais e 3% a.a para importados	20 anos e carência de 48 meses a contar do 1º saque
3	Aframax	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	1.141.147		
3	Bunker	Superpesa Industrial Ltda.	110.582		
8	Gaseiros	Estaleiro Promar S.A.	917.715		
			3.955.098		

PROMEF HIDROVIA

Qtd.	Tipo	Estaleiro	Valor R$ (mil)	Taxa de Juros	Prazo
20	Comboios	Estaleiro Rio Tietê Ltda.	432.316	TJLP + 2,5% a.a para nacionais e 3% a.a para importados	20 anos e carência de 48 meses a contar do 1º saque
			432.316		

As eficácias previstas nos contratos assinados com o Estaleiro Atlântico Sul S.A., Estaleiro Mauá Petro-UM S.A. e Superpesa Industrial Ltda., correspondente ao adiantamento de 5% do valor do contrato (cláusula sétima dos contratos), foram pagas pela Transpetro no valor total de R$ 374.851, conforme abaixo:

Estaleiro	Ano	Valor R$ (mil)
Superpesa Industrial Ltda.	2010	5.218
Estaleiro Atlântico Sul S.A.	2010	133.723
Estaleiro Atlântico Sul S.A.	2009	65.507
Estaleiro Mauá Petro-UM	2008	32.847
Estaleiro Atlântico Sul S.A.	2007	137.556
		374.851

Os montantes totais disponibilizados para a construção dos navios em andamento durante os exercícios de 2008, 2009 e 2010 foram:

Parcelas disponibilizadas de recursos	2010	2009	2008
Transpetro através de recursos próprios	88.857	27.758	2.495
Eficácia	374.851	235.910	170.403
BNDES - financiamento à Transpetro	543.179	281.553	14.549
Outros	24.317	7.205	1.599
Total Transpetro	1.031.204	552.426	189.046
Estaleiros através de recursos próprios	102.105	52.116	18.040
BNDES - Financiamento aos estaleiros	566.467	304.853	150.190
Total estaleiros	668.573	356.969	168.230
Total	1.699.777	909.395	357.276

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

As descrições dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial (e seus respectivos critérios de manutenção) em 31 de dezembro de 2010 estão identificadas a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis.

Para as aplicações financeiras, o valor de mercado foi apurado com base nas cotações de mercado dessas cotas em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009.

Transações com partes relacionadas

Estes saldos estão classificados como recebíveis e passivo financeiro não mensurado ao valor justo e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, conforme IAS 39 e OCPC 3.

Contas a receber de clientes

Estes saldos estão classificados como recebíveis e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, conforme IAS 39 e OCPC 3.

Petrobras Transporte S.A.

CNPJ Nº 02.709.449/0001-59 - Empresa do Sistema Petrobras

Empréstimos e financiamentos

Estes saldos estão classificados como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, conforme IAS 39 e OCPC 3.

Fornecedores

Estes saldos estão classificados como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, conforme IAS 39 e OCPC 3.

Risco de Liquidez

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros em 31 de dezembro de 2010 e 2009:

Controladora **31 de dezembro de 2010**	**Valor Contábil**	**6 meses ou menos**	**6-12 meses**	**1-2 anos**	**2-5 anos**	**Mais que 5 anos**
Passivos financeiros						
Partes relacionadas	266.020	260.628	5.386	2	2	2
Empréstimos e financiamentos	543.179	–	–	6.381	224.253	964.009
Fornecedores	298.167	298.167	–	–	–	–
Arrendamentos a pagar	66.648	26.659	26.659	13.330	–	–

Consolidado **31 de dezembro de 2010**	**Valor Contábil**	**6 meses ou menos**	**6-12 meses**	**1-2 anos**	**2-5 anos**	**Mais que 5 anos**
Passivos financeiros						
Partes relacionadas	282.895	277.503	5.386	2	2	2
Empréstimos e financiamentos	543.179	–	–	6.381	224.253	964.009
Fornecedores	304.526	304.526	–	–	–	–
Arrendamentos a pagar	66.648	26.659	26.659	13.330	–	–

Controladora **31 de dezembro de 2009**	**Valor Contábil**	**6 meses ou menos**	**6-12 meses**	**1-2 anos**	**2-5 anos**	**Mais que 5 anos**
Passivos financeiros						
Partes relacionadas	317.336	313.706	2.510	1.088	32	–
Empréstimos e financiamentos	281.553	–	–	–	148.980	569.808
Fornecedores	218.054	218.054	–	–	–	–
Arrendamentos a pagar	97.507	27.859	27.859	27.859	13.930	–

Consolidado **31 de dezembro de 2009**	**Valor Contábil**	**6 meses ou menos**	**6-12 meses**	**1-2 anos**	**2-5 anos**	**Mais que 5 anos**
Passivos financeiros						
Partes relacionadas	327.538	323.908	2.510	1.088	32	–
Empréstimos e financiamentos	281.553	–	–	–	148.980	569.808
Fornecedores	223.789	223.789	–	–	–	–
Arrendamentos a pagar	97.507	27.859	27.859	27.859	13.930	–

Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes a caixa, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

O valor justo estimado para os empréstimos de longo prazo com o BNDES, em 31 de dezembro de 2010, não difere significativamente de seu valor contábil. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 24, estes empréstimos são considerados como empréstimos a valor de mercado, visto tratar-se de uma linha de crédito pública (embora específica ao segmento) e sem similaridade nacional no que se refere a disponibilidade de recursos. As taxas vigentes para contratação em 31 de dezembro de 2010 são as mesmas taxas contratadas pela Companhia para os empréstimos já existentes naquela data, de TJLP + 2,5%a.a (3%a.a. para produtos importados).

Análise de sensibilidade

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo do financiamento junto ao BNDES atualizado pela TJLP que se manteve em aproximadamente 6% a.a. em 2010. O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro de 2010, os cenários possível e remoto consideram a deterioração na variável de risco de 25% e 50%, o que geraria um impacto negativo de aproximadamente R$ 8.417 e R$ 16.834 , respectivamente, considerando um possível aumento desta taxa.

Valor Justo Hierárquico

A hierarquia dos valores justos dos ativos financeiros registrados como títulos e valores mobiliários no ativo circulante e não circulante, correspondente aos saldos mantidos no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados ("FIDC-NP") do Sistema Petrobras são classificados como de nível 1 por possuírem dados provenientes de mercado ativo (preço negociado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

26. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DVA

Conforme requerimento dos PCABR aplicável as companhias abertas e como informação adicional para fins de IFRS, a Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela do Grupo na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pelo Grupo quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pelo Grupo, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

27. EVENTO SUBSEQUENTE

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 13, a subsidiária FIC está em processo de transferência de sua sede para a Holanda. A Companhia está em fase de mensuração dos efeitos contábeis e tributários, contudo a Administração, com base em uma avaliação preliminar e estudos feitos pelo departamento tributário, não espera efeitos relevantes para o exercício de 2011.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Sérgio Gabrielli de Azevedo - Presidente
João Batista de Rezende - Conselheiro
Paulo Roberto Costa - Conselheiro
Eduardo Autran de Almeida Junior - Conselheiro
Maria das Graças Silva Foster - Conselheira

DIRETORIA EXECUTIVA

José Sergio de Oliveira Machado - Presidente
Agenor Cesar Junqueira Leite - Diretor
Marcelo Rosa Rennó Gomes - Diretor
Claudio Ribeiro Teixeira Campos - Diretor
Rubens Teixeira da Silva - Diretor
Paulo Cesar Marques - Contador CRC-RJ-27061-7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e ao Acionista da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 3, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação do investimento em controlada pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Conforme divulgado nas notas explicativas nºs 1 e 10, as operações da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro são basicamente efetuadas com empresas do Sistema Petrobras e, portanto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto.

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2011

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Luiz Ferreira
Contador CRC RJ-087095/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL - 01/2011

O Conselho Fiscal da Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

O Conselho Fiscal examinou, também, a proposta de destinação de resultado do exercício de 2010 e do Orçamento de Capital para o exercício de 2011.

Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Parecer da KPMG Auditores Independentes, datado de 15 de fevereiro de 2011, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, a ser realizada em 18 de março de 2011.

Com relação à proposta formulada pelo Conselho de Administração da Companhia (Ata da reunião de 15/03/2011, Item 2.3, Pauta nº 008) para Aumento de capital da TRANSPETRO, no valor de R$392.000.000,00 (trezentos e noventa e dois milhões de reais) mediante integralização de dividendos a pagar à sua acionista única, a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, do exercício de 2010, o Conselho Fiscal opina que a proposta encontra-se em condições de ser apreciada pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, a ser realizada em 18 de março de 2011.

Em relação às Demonstrações Contábeis do exercício de 2009, aprovado pela Assembleia de Acionistas em 19 de março de 2010, o Conselho Fiscal não vê óbice a que a Assembleia Geral Ordinária de 18 de março de 2011 delibere, sobre ratificação do valor complementar dos dividendos pagos ao acionista em 2009 no montante de R$ 6.424.443,16 (seis milhões quatrocentos e vinte e quatro mil quatrocentos e quarenta e três reais e dezesseis centavos), aumentando-o de R$ 342.904.000,00 (trezentos e quarenta e dois milhões novecentos e quatro mil reais) para R$ 349.328.443,16 (trezentos e quarenta e nove milhões, trezentos e vinte e oito mil quatrocentos e quarenta e três reais e dezesseis centavos).

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2011.

Marcos Antonio Zacarias - Presidente
Siddharta Pereira Pinto - Conselheiro
Líscio Fábio de Brasil Camargo - Conselheiro